

A RELAÇÃO ENTRE POLÍTICA E RELIGIÃO NOS *DISCORSI* DE MAQUIAVEL

Fabrizio Veliz

Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo: O presente artigo visa apresentar, de maneira geral, a relação estabelecida por Maquiavel entre política e religião em sua obra *Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio*. Para tal, iniciamos o texto com um breve percurso histórico, no intuito de compreender o contexto em que Maquiavel escreve seu texto. Em seguida, abordamos a obra maquiaveliana em questão, bem como alguns comentadores e comentadoras, no intuito de mostrar que Maquiavel considerava a religião em dois aspectos: o primeiro, como *instrumentum regni* na medida em que é útil para o exercício e manutenção do poder, e o segundo enquanto algo que faz parte da cultura de um povo, sendo também responsável pela manutenção da união política interna. Nos dois modos, intentamos mostrar que a religião não é desassociada da ação política no pensamento de Maquiavel.

Palavras-chave: Maquiavel, *Discorsi*, política, religião.

Abstract: This article aims to present an overview of the relation between politics and religion in Machiavel's thoughts, as shown in his book *Discorsi sopra la prima Deca di Tito Livio*. To do so, our text begins with a briefly historical path, in order to comprehend Machiavel's writing context. After that, take the work in question and some commentators in order to show that Machiavel's considerations about religion are twofold: first, as *instrumentum regni* because it is useful to impose and keep the power, and second as something that belongs to people's culture, and it is responsible for maintaining the internal political union. In both ways, aim to show that religion is not disconnected from political action in Machiavel's thought.

Keywords: Machiavel, *Discorsi*, politics, religion.

Introdução

Toda pessoa que se dedica ao estudo da filosofia política, em algum momento, deverá ponderar sobre a relação existente entre o político e a religião. No Ocidente de matriz cristã, então, torna-se ainda mais perceptível o uso da religião nas tomadas de decisões e nas diversas agendas políticas do mundo contemporâneo. Essa questão, por sua vez, não é somente contemporânea, sendo diversos os autores e autoras que se debruçaram sobre essa temática.

Dentre esses autores e autoras, pinçamos o pensamento de Maquiavel a respeito dessa relação, desenvolvida em seu livro *Discorsi*. Dessa forma,

abordar seu pensamento sobre a relação entre política e religião deve ser capaz de possibilitar para nós novos olhares sobre essa questão urgente em nossos dias.

Diante disso, esse trabalho possui o intuito de apresentar qual a relação estabelecida por Maquiavel entre religião e política em sua obra intitulada *Discorsi*, a saber, de que ela se mostra como essencial para a manutenção do poder por parte daquele que o exerce.

Dividimos o texto em 3 eixos: (1) a relação entre religião e poder ao longo da Idade Média, em que abordamos brevemente o surgimento do pensamento humanista em contraposição ao pensamento monárquico eclesial do cristianismo desse período; (2) O contexto no qual Maquiavel escreveu os *Discorsi*, por acreditarmos que toda obra é fruto do seu tempo e, dessa forma, tirar o autor de seu contexto traz grande dano à compreensão correta de seu pensamento; (3) A relação estabelecida por Maquiavel entre política e religião, centro de nosso trabalho.

1. A relação entre religião e poder na Idade Média

É de grande conhecimento a influência que a religião cristã exerceu em todo período da Idade Média. O movimento de Jesus Cristo, que após as diversas sistematizações trazidas pelos escritos paulinos, Evangelhos, escritos apócrifos e, por último, escritos doutrinários por parte da Igreja nascente nos primeiros séculos da era cristã chega, finalmente, a alcançar um lugar de extrema importância na sociedade.

A conversão de Constantino, em 313 E.C, seguida pela declaração do cristianismo como religião oficial por Teodósio, em 380, foram dois fatos que mudaram de maneira radical a maneira como a sociedade do Ocidente lidou com o aspecto religioso. Que a conversão de Constantino ao cristianismo, por volta do século IV elevou o cristianismo a uma religião de Estado ao contrário de uma seita judaico-messiânica, isso não parece ser objeto de dúvida para os historiadores do cristianismo. Pensar em uma conversão pessoal de Constantino por ser impactado com a mensagem cristã, ao invés de uma tentativa de unificar seu reino abrangendo uma religião crescente em seu império, a nosso ver, soa como ingenuidade.

Quando falamos sobre a Idade Média, o tema do domínio da Igreja automaticamente nos vem à mente e, conseqüentemente, o papel do papa enquanto monarca da estrutura eclesiástica. Nesse ponto, talvez seja importante lembrarmos de que o termo *monarchia* é encontrado primeiramente em Filón de Alexandria, que, segundo Peterson (2010, p. 55ss), usa o termo aliado à monarquia no sentido da *polis* grega e não no sentido teocrático do

povo judeu. Tal termo foi posteriormente utilizado pelos apologetas cristãos em suas defesas do cristianismo. A observação de Peterson merece ser considerada:

Depois de Filón não encontramos o conceito de “monarquia divina” até chegar à literatura dos apologetas cristãos. E não parece casual; porque como esse conceito serviu a Filón para fazer compreensível aos prosélitos o monoteísmo judeu, aos apologetas lhes resultou muito útil para defender o cristianismo (PETERSON, 2010, p. 61).

O monarquismo monoteísta tem assim seu caráter político-religioso bem claro. Para Moltmann, “trata-se do pensamento básico da universal religião da unidade: um Deus – um Logos – uma humanidade” (MOLTMANN, 2011, p. 141) o que, sem dúvida, solucionaria um problema enfrentado pelo Império Romano, que era o da multirreligiosidade daquele tempo. Uma vez que se apresenta a monarquia no Império como reflexo da monarquia divina, a dominação se torna, de certa forma, legitimada.

No entanto, ainda que sejamos tentados a pensar esse período como um bloco monolítico, em que somente a Igreja ditava quais regras se deveriam seguir, é importante não perder de vista que nenhum período histórico deve ser trabalhado nessa perspectiva, uma vez que todo período histórico se faz como fruto de um conjunto de múltiplos fatores.

Diversos movimentos questionaram o poder da estrutura eclesiástica, tais como o movimento de Wycliff (1328-1384) e de Jan Hus (1369-1415). Ambos os movimentos foram contra as autoridades eclesiásticas por considerarem que essas estavam mais preocupadas em cobrar impostos do que a servir o povo (cf. WACHHOLZ, 2010), sendo considerados precursores da Reforma Protestante que ocorreria no século XVI.

Wycliff e Hus, por sua vez, não devem ser vistos desconectados dos aspectos políticos e culturais que surgiam na Europa dos séculos XIV e XV. Antes, devem ser vistas dentro das transformações que, desde o século XII, alteram a percepção da política do continente europeu (BIGNOTTO, 2001, p. 11). Nesse sentido, é mister nos lembrarmos de que ao longo da Idade Média, como nos mostra Bignotto, duas instituições tinham a pretensão de serem consideradas como universais, a saber, a Igreja e o Império, de maneira que:

Pensar a realidade de pequenas comunidades só era possível dentro de um quadro de disputa e por vezes de oposição entre duas formas de organização da experiência humana, que tinham igual pretensão ao mando sobre a totalidade cristã (BIGNOTTO, 2011, p. 15).

Nesse quadro, pensar a revolução trazida pelo movimento renascentista, no qual inserimos nossa pesquisa é ter em mente que “a principal revolução teórica da Idade Média, no terreno da reflexão política, terá relação justamente com a afirmação do direito das estruturas particulares não só a existir, mas a constituir suas próprias leis” (BIGNOTTO, 2001, p. 35).

Nesse ponto, tanto no período de início do cristianismo como nesse período do Renascimento, é impossível pensar um mundo político sem a presença do aspecto religioso (BIGNOTTO, 2001, p. 35), o que também não deixa de ser uma realidade dentro do contexto atual. Ainda que vivamos dentro de um mundo já secularizado, em que a religião é muitas vezes relegada a aspectos marginais dentro do arcabouço político, não se pode negar o seu uso para o exercício do poder em diversos países do globo.

2. O contexto no qual Maquiavel escreve os *Discorsi*

Ao tentarmos estabelecer a relação entre religião e poder feita por Maquiavel em seus *Discorsi*, precisamos ter em mente que este fala a partir do contexto de disputa entre o humanismo e o discurso eclesiástico marcado por uma perspectiva escolástica. Tal fato é um reflexo de todo um movimento republicano que veio na esteira de Petrarca, Salutati, dentre outros, que ressalta o aspecto de uma nova compreensão do ser humano a respeito de si próprio, e que não deve se colocar como totalmente dependente de uma antropologia cristã.

Nesse sentido, Maquiavel não deve ser lido de maneira isolada, desconectado das disputas entre escolásticos e humanistas que se seguiram durante o século XVI, bem como entre os primeiros reformadores e esses mesmos humanistas, bastando para isso lembrar o texto *Da vontade cativa*, escrita por Lutero contra Erasmo de Roterdã. Lutero, após criticar Erasmo por este colocar a questão do livre arbítrio entre as causas inúteis e desnecessárias, conclui que não há, no ser humano, um livre arbítrio, sendo esse humano como um jumento, guiado por quem quer nele o monte, seja Deus, seja o diabo.

Dessa maneira a vontade humana está colocada no meio, como um jumento. Se Deus está sentado nele, ele quer e vai como Deus quer, conforme diz o Salmo: “tornei-me como jumento, e estou sempre contigo” (Sl. 73.22s.). Se Satanás está sentado nele, ele quer e vai como quer Satanás, e não está em seu arbítrio correr para um dos dois cavaleiros ou procurá-lo; antes, os próprios cavaleiros lutam para o obter e possuir (LUTERO, 1993, p. 49).

Como nos mostra Bignotto (2010, p. 161) – tratando de um humanismo cívico que se difere daquele apresentado na querela entre Lutero e Erasmo – tal humanismo se colocou em contradição com a escolástica desde seu início, recusando ver o mundo pela cosmologia cristã, tendo como uma de suas consequências, a laicização do estado. Em outras palavras:

(...) o humanismo cívico, o republicanismo do século XV, acabou implicando um confronto com a Igreja pelo simples fato de que criava uma forma de compreensão da política que não dependia mais das antigas hierarquias de poder. (BIGNOTTO, 2001, p. 161).

Como marca característica do pensamento humanista de matriz italiana na qual Maquiavel também se insere, vê-se a volta aos textos clássicos e à história, principalmente de Roma. A volta aos textos clássicos se segue como consequência direta do questionamento acerca das verdades eclesíásticas trazidas pelo cristianismo medieval.

A questão da ligação com a história de Roma, por sua vez, insere-se no grande quadro das cidades independentes da Itália, tanto nas disputas acerca da manutenção da independência que havia *de facto*, mas não de direito, até às teses de Bartolus que, como nos mostra Skinner, “partiu da intenção explícita de reinterpretar o código civil romano com o objetivo de proporcionar às comunas lombardas e toscanas uma defesa legal, e não apenas retórica, de sua liberdade contra o Império” (SKINNER, 1996, p. 31). Bartolus definiu uma nova metodologia na qual não era mais os fatos que se ajustavam às leis, mas estas deveriam se adequar àquelas, quanto no legado da origem do povo, fundado na república romana, livre, e, por isso mesmo, lutador em prol da dulcíssima liberdade. Como diz Salutati:

(...) todavia, vê-se e verás a força mais que romana e a constância do povo florentino na defesa da dulcíssima liberdade, que, como foi dito, é um bem celeste, que supera toda a riqueza do mundo. Todos os florentinos têm no ânimo o firme propósito de defendê-la como a própria vida, mais ainda do que com a vida, com as riquezas e com a espada, para deixar aos filhos essa ótima herança, que recebemos de nossos pais, para deixá-la, com a ajuda de Deus, saudável e incontaminada. (SALUTATI, 2010, p. 242).

Essa característica da liberdade será retomada também nos escritos de Bruni acerca do povo florentino. Nesse texto é possível perceber que seu republicanismo está ancorado nos eixos da liberdade, república e virtude cívica,

sendo o povo de Florença aquele que possui essas três noções bem desenvolvidas, ancorado na liberdade e virtude da Roma republicana:

Florença foi fundada, a cidade de Roma florescia grandemente em poder, liberdade, gênio e, especialmente, era habitada por grandes cidadãos. Depois, porém, de a República ter caído nas mãos de um só, aquelas mentes brilhantes (como o diz Tácito) desapareceram: agora é de suma importância saber se esta colônia foi fundada numa época menos digna, quando todas as virtudes e nobreza de Roma tinham sido destruídas (PINTO, 2016, p. 286)

Com esse breve pano de fundo, em que se percebe claramente certa separação entre religião e política se revela o “homem duplo” de Petrarca (2010, p.232) que ao mesmo tempo em que procura fazer política fora das categorias cristãs, não consegue desvencilhar-se das matrizes cristãs nas quais está inserido, algo que será característico durante todo esse período que abordamos neste artigo.

De igual forma, parece também importante lembrar a influência que autores como Lucrécio e Adriani tiveram sobre o pensamento maquiaveliano. Ainda que essas influências sejam vistas nas obras dos *Discorsi*, tal como certa querela entre determinismo e livre arbítrio e discussões sobre a eternidade do mundo (cf. BROWN, 2010), é importante sempre ter em mente que o pensamento de Maquiavel não se dá no plano metafísico, mas na busca da verdade efetiva das coisas. Diante disso, o olhar para os *Discorsi* deve ser motivado por uma busca de tentar entender tanto esse contexto no qual Maquiavel escreve, quanto sua proposta de análise da situação de seu tempo. Qualquer tentativa de fazer uma leitura sem levar isso em conta tende a ser enviesada e não contributiva para a compreensão do autor.

3. Religião e política nos *Discorsi* de Maquiavel

O contexto que apresentamos acima visa situar minimamente o leitor a respeito do contexto em que Maquiavel escreve sua obra, mostrando que seu texto é fruto de sua própria época. Ainda que fosse possível já começarmos com o texto dos *Discorsi*, acreditamos que entender o papel da religião no tempo de Maquiavel se torna importante para uma melhor compreensão de sua crítica.

Nos *Discorsi* é onde se percebe a maior sistematização do pensamento político de nosso autor (CUTINELLI-RENDINA, 2006, p. 202), e isso deve ser levado em conta quando decidimos por retomar a relação entre a religião e a política em seu pensamento.

Maquiavel, ao longo de sua obra, não está alheio ao papel da religião para a manutenção do poder. A religião, que se coloca como elemento fundacional é também fundamental para o exercício do poder, motivo pelo qual Maquiavel considera importante abordar esse tema. No primeiro livro essa relação é posta em maior evidência. Nos dois últimos livros, Maquiavel retoma algumas considerações e faz algumas críticas à questão da religião e sua relação com a cidade.

3.1. Religião em seu uso para o exercício do poder e manutenção da ordem

A primeira vez que Maquiavel aborda a questão religiosa em seu *Discorsi* se dá ao falar da fundação de Roma por Rômulo, que foi sucedido por Numa por certo julgamento divino que inspirou o Senado romano para tal tarefa. As características desse novo monarca que assumiu o poder foi tanto usar a religião para fundar uma nova ordem, como tentar exercer seu poder pelo viés religioso, uma vez que Numa via a religião “como coisa de todo necessária para se manter uma cidade [*civilità*]” (*Discorsi*, I, 11), haja vista que “a religião é o ‘medo de Deus’” (cf. CUTINELLI-RENDINA, 2006, p. 207). Por esse motivo é que, segundo Maquiavel, Numa funda as bases da cidade, tendo a consciência do poder que a religião possui em fazer com que o povo respeite as novas leis que lhes são impostas, o que, segundo o filósofo de Florença, facilita muito os empreendimentos tanto do Senado quanto dos grandes homens do Estado.

Como bem sintetizado por Ames:

O fundamento da religião para Maquiavel é, pois, o medo de um Deus que, ainda que seja apresentado como algo que tem certa feição humana, considerado em si mesmo não constitui razão de obrigação política e de vínculo social (AMES, 2006, p. 51-72)

Essa religião que foi imposta por Numa sobre os romanos, por sua vez, fez com esses respeitassem seus juramentos mais do que as leis, uma vez que estavam convencidos de que o poder divino era maior que o dos humanos. Maquiavel chega a declarar que qualquer pessoa que viesse a estudar a história romana seria capaz de perceber que a religião servia “para comandar os exércitos e infundir ânimo na plebe, para manter os homens bons e fazer com que os reis não se envergonhem” (*Discorsi*, I, 11). Já em um povo guerreiro, mas irreligioso, o papel da religião se faria menor, uma vez que, segundo Maquiavel, seria difícil que a religião penetrasse nele (*Discorsi*, I, 11).

Nesse sentido, é claro o poder concedido por Maquiavel ao papel da religião na formação e manutenção da ordem de uma cidade.

Para o filósofo, nos Estados onde se tem uma religião forte e com plenos poderes se torna fácil a introdução de um espírito militar (*Discorsi*, I, 11). A própria história tem confirmado tal asserção ao longo de diversos séculos, bastando para isso observar as situações de criação de ditaduras ao redor do mundo, tanto antigo quanto atual, nas quais há sempre o discurso religioso para legitimar esse tipo de comportamento, tentando justificar as guerras santas contra algum inimigo criado que vai contra a ordem supostamente instituída pelo próprio Deus.

Essa prerrogativa da guerra, por sua vez, não é algo sem sentido no discurso religioso, principalmente de cunho ocidental, no qual a influência do texto bíblico se mostra marcante na sociedade por meio do cristianismo. Qualquer pessoa que leia o texto bíblico perceberá que o discurso da guerra demandada por Deus foi o mote da história de Israel. Ainda que o movimento de Jesus Cristo (que deveria ser a base para toda ação do cristianismo) não fomenta a violência, a história da Idade Média, bem como a atual revelam que ao se perder o poder, qualquer discurso belicoso por parte de alguma autoridade pode ser justificado tendo como base um texto bíblico.

Maquiavel, ao dizer que todas as leis outorgadas ao povo em caráter extraordinário têm um apelo divino por parte do legislador, sendo tal apelo imprescindível para que estas sejam aceitas pelo povo, corrobora a digressão acima. Tanto a organização do Senado por Numa que usou da autoridade dos deuses, simulando “ter intimidade com uma ninfa” de quem recebia os conselhos transmitidos ao povo, até o convencimento deste mesmo povo por parte do homem sábio que recorre aos deuses revelam a grande importância do aspecto religioso para o exercício do poder na cidade. (*Discorsi*, I, 11).

Como bem notou Maquiavel, na época de Numa o poder da religião era bem grande e os homens bem simples, sendo estes, portanto, mais fáceis de serem moldados do que um povo para os quais os costumes já se encontravam corrompidos. (cf. *Discorsi*, I, 11). Esses costumes, por sua vez, não devem ser vistos como algo pernicioso para a cidade no pensamento maquiaveliano. Muito pelo contrário, o aspecto religioso da sociedade romana foi também responsável pela sua própria felicidade.

Considerando tudo, portanto, concluo que a religião introduzida por Numa foi uma das principais razões da felicidade daquela cidade, pois ensejou boas ordenações; as boas ordenações trazem boa fortuna; e da boa fortuna nasceram os bons êxitos das empresas. E, assim como a observância do culto divino é razão da grandeza das repúblicas, também o seu desprezo é razão de sua ruína.

Pois onde falta o temor a Deus, é preciso que o reino arruíne-se ou que seja mantido pelo temor a um príncipe que supra a falta da religião (*Discorsi*, I, 11).

Aqui se faz interessante perceber no pensamento de Maquiavel certa semelhança com o discurso bíblico e proverbial de que o rei cujo coração está em Deus é bem-sucedido, trazendo felicidade ao povo sobre o qual governa. Também se relembra a ideia presente ao longo de todo o Antigo Testamento de que as promessas feitas a Abraão, Isaque, Jacó, e mais tarde a Davi e Salomão de um reino numeroso e bem-sucedido se cumpriria caso houvesse a obediência ao ensinamento divino falado pela boca dos profetas.

Nesse ponto, é salutar perceber a importância da religião no século XV e XVI, apesar dos movimentos Renascentista e Humanista que ocorrem nesse período, no qual Maquiavel está inserido. A matriz religiosa judaico-cristã que pregava a existência de um Deus que rege a história e tem suas normas pré-estabelecidas e que devem ser obedecidas para a garantia da paz e da felicidade ainda se faz presente, e é interessante perceber que Maquiavel, aparentemente, resgata-a, colocando o temor de Deus como característica de um príncipe que governa bem o seu povo.

Maquiavel, no entanto, é bem consciente de que somente o temor de Deus por parte do príncipe não é capaz de sustentar o Estado, uma vez que o governante, por mais sábio que seja, morrerá um dia, necessitando, assim, de organização para que esse Estado possa seguir com vida ao longo da história. Maquiavel mesmo chega a afirmar: “os homens... nasceram, viveram e morreram, sempre, segundo uma mesma ordenação” (*Discorsi*, I, 11).

No pensamento maquiaveliano, para o príncipe ou república que queira impedir a corrupção do Estado, é necessário que os ritos religiosos e o respeito que esses inspiram sejam mantidos sem alteração, uma vez que “não pode haver maior indício da ruína de um estado do que o desprezo pelo culto divino”, algo que, segundo Maquiavel, é fácil de compreender caso se saiba o fundamento da religião desse país, uma vez que “o fundamento da vida de toda religião se assenta em alguma ordenação principal”. (*Discorsi*, I, 12).

Para Maquiavel, a religião dos pagãos se fundava nos vaticínios dos oráculos, augúrios e auspícios. Esses pagãos, por sua vez, acreditavam que a divindade podia tanto prever os bens e males futuros quanto seriam capazes de os provocarem, mas uma vez que os oráculos tomaram o lado dos poderosos, dando a perceber a fraude, eles começaram a ser desacreditados pelo povo. Assim, no pensamento do filósofo, faz-se importante que os dirigentes da república ou monarquia conservem os fundamentos da religião que professam, pois uma vez fazendo isso, “ser-lhe-á mais fácil manter religiosa e, por

consequente, boa e unida a sua república” (*Discorsi* I,12). Assim, chega a afirmar que:

E todas as coisas que surjam em favor da religião, ainda que possam ser julgadas falsas, devem ser por ele favorecidas e estimuladas; e tanto mais devem fazê-lo quanto mais prudentes e mais conhecedores forem das coisas naturais. (*Discorsi*, I, 12).

O leitor ou a leitora atual ao ler esses trechos pode fazer um julgamento precipitado de que Maquiavel colocaria somente um caráter utilitarista em seu uso da religião para a manutenção do bem da cidade por parte do governante, sem a preocupação da geração de autonomia por parte dos governados. Nesse ponto, torna-se importante lembrar de que o conceito de indivíduo, tal como entendido hoje, não se aplica nem às leis romanas, nem, ao que tudo indica, ao pensamento de Maquiavel. O que se é pensado não é o indivíduo privado na sua relação com o lugar em que vive, mas o bem da cidade e o bem-estar geral acima do individual e, nesse ponto, a religião exerce um papel importante.

Por esse motivo, não é difícil entender o lamento feito por Maquiavel acerca do distanciamento entre o fundador da religião cristã e a república cristã que se formou depois dele.

E se tal religião fosse mantida nos primórdios da república cristã, em conformidade com o que foi ordenado por seu legislador, os estados e as repúblicas cristãs seriam mais unidos, bem mais felizes do que são. Outra conjectura não se pode inferir de sua decadência, haja vista que os povos mais próximos da Igreja romana, capital da nossa religião, são os que têm menos religião. E quem considerasse seus fundamentos e visse a grande diferença que há entre os costumes presentes e aqueles, consideraria estar próxima, sem dúvida, a ruína, ou o flagelo. (*Discorsi*, I, 12).

Diante disso, Maquiavel dá várias razões para ir contra aqueles que defendiam que a felicidade da Itália dependia da Igreja de Roma. Em primeiro, os maus exemplos da corte romana que foram os responsáveis por extinguir a devoção e a religião do país, trazendo diversos inconvenientes e distúrbios. Olhando pelo viés lógico, Maquiavel propõe o seguinte argumento: “porque, assim como se pressupõe todo bem onde há religião, pressupõe-se o contrário onde ela falta” (cf. *Discorsi*, I, 12).

Segundo, que a Igreja tem promovido incessantemente a divisão no país. Para ele, o motivo da Itália não ter união e felicidade (que somente ocorre

nos países que são sujeitos a um só príncipe) é exclusivamente a Igreja que, tendo “estabelecido sede e governo temporal, não teve força nem *virtù* suficiente para ocupar a tirania da Itália e tornar-se seu príncipe”. (*Discorsi*, I,12).

Do outro lado, Maquiavel também critica o fato de que a Igreja, ao mesmo tempo em que não tinha poder suficiente para dominar toda Itália, também nunca deixou que outros países se apossassem dela, o que a manteve “submetida a vários príncipes e senhores. Do nascimento de “tanta desunião e fraqueza”, “a Itália se tornou presa não só dos bárbaros poderosos quanto de qualquer um que a ataque” (*Discorsi*, I, 12). Tal decadência italiana é devido a Igreja. Diante disso, sua crítica à Igreja Romana é bastante dura:

Coisa que nós outros, italianos, devemos à Igreja e a mais ninguém. E quem quisesse fazer experiência para ver a verdade com mais clareza, precisaria ter poder suficiente para mandar a corte romana, com a autoridade que tem na Itália, estabelecer sede nas terras dos suíços, único povo que hoje vive segundo os costumes antigos tanto no que se refere à religião quanto às ordenações militares: veria que em pouco tempo os maus costumes de tal corte causariam mais desordem naquelas terras do que qualquer outro acontecimento que em qualquer tempo pudesse ali ocorrer. (*Discorsi*, I,12).

Para Maquiavel, eram características dos romanos usarem a religião para organizar o governo da república, promover empreendimentos e reprimir desordens. Para sustentar tal argumentação, cita diversos exemplos com base nos escritos de Tito Lívio.

O primeiro é sobre a eleição dos cônsules, sobre a qual os nobres, devido à fome e peste sofrida pelo povo no ano anterior em que só se elegeram plebeus, com uma exceção, disseram que os deuses estavam irritados com Roma por ela ter havido prejudicado a majestade do Império. Para aplacar tal ira, era necessário, então, retirar os tribunos da classe onde deviam ser escolhidos de maneira justa. Assim, por temor, o povo elegeu todos os novos tribunos dentre os patrícios.

O segundo exemplo é a respeito do modo como os generais usavam a religião para com os soldados em uma campanha. Para tal, cita o acontecimento sobre o qual disseram aos soldados que Apolo e outros oráculos profetizaram que Veios se renderia no ano em que as águas do Alba extravasassem suas margens. Os soldados, baseado nessa esperança, suportaram a morosidade da guerra até conquistarem a cidade de Veios. Nos dois exemplos Maquiavel pondera que sem a religião, dificilmente se alcançaria êxito em tais empreendimentos. (*Discorsi*, I,13).

O terceiro exemplo foi do uso da religião por parte da nobreza no tempo do tribuno Terêntilo. Ela foi usada de duas formas: primeiro, fizeram consultas a livros sibílinos e os interpretaram de tal maneira que profetizaram que naquele ano a cidade estava ameaçada até mesmo de perder a liberdade, caso houvesse discórdia interna. Isso, mesmo depois de descoberto, gerou um terror entre os populares que temeram seguir a proposta de Terêntilo.

A segunda forma foi no uso feito por Públio Rubétio em seu discurso, em que expôs os perigos que cercavam a capital e convenceu o povo a jurar o cumprimento das ordens do cônsul, algo que logo após a morte de Públio Valério, sob o consulado de Tito Valério, este fez com que o povo cumprisse o juramento feito. Como os tribunos se opuseram a isso, pelo fato de que o juramento havia sido feito ao cônsul anterior, o povo, temendo violar a religião, preferiu obedecer ao cônsul. Com o medo da perda de credibilidade, os tribunos entraram em acordo com o cônsul e consentiram em obedecê-lo. Maquiavel, então, observa que “a religião fez que o senado vencesse aquelas dificuldades, que, sem ela, jamais teria vencido” (*Discorsi*, I, 13).

Nesses exemplos o caráter utilitário da religião se mostra sem nenhum escrúpulo. Em todos eles o argumento de uma vontade divina foi crucial para o exercício do poder e o direcionamento do povo para se fazer aquilo que a classe dominante desejava que fosse feito.

Maquiavel observa, no entanto, que “os romanos interpretavam os auspícios segundo a necessidade, e demonstravam observar com prudência a religião, quando forçados não a observavam; e, se alguém, temerariamente, a desprezava, era punido” (*Discorsi*, I,14). Os augúrios, por sua vez, “não só eram o fundamento, em boa parte, da antiga religião dos gentios, como também do bem-estar da república romana”, sendo aqueles aos quais os romanos atribuíam maior importância, de maneira que “nunca iam a uma expedição sem antes terem convencido os soldados de que os deuses lhe prometiam a vitória” (*Discorsi*, I,14).

Essa característica da comunidade romana não difere muito daquelas utilizadas no mundo antigo e entre os estrangeiros (*Discorsi*, I, 15). O próprio texto bíblico em seus livros históricos relata as diversas consultas feitas a profetas e instrumentos no intuito de justificar determinada expedição de guerra e, caso não houvesse alguma confirmação divina e tal expedição fosse em frente, a derrota era atribuída à desobediência do povo que batalhou sem ter uma ordem de Deus para tal.

Não muito diferente do papel que diversos movimentos religiosos fazem com o povo simples das periferias em nossos dias. Alegando que virão catástrofes sobre os desobedientes à vontade divina, convencem a grande parcela da população a respeito do que fazer, quais projetos de governo votar,

a quais interesses servir etc. Nisso, a religião novamente é usada como instrumento para manutenção de certa vontade de alguém soberano, visto como autoridade no meio. As percepções de Maquiavel, ancorado na história de Roma, mostram-se, portanto, uma boa chave de leitura para se pensar questões religiosas atuais.

3.2. Religião como desprezo das coisas do mundo

No segundo e terceiro livros, Maquiavel faz breves apontamentos a respeito do papel da religião para a vida da cidade, que devem ser lidos sob o pano de fundo de sua análise sobre o declínio do mundo romano, fruto da corrupção.

Essa corrupção não deve, contudo, ser pensado no plano moral, antes como a ação do tempo que decompõe a matéria. Uma vez que a república está sujeita à ação do tempo, está, então, sujeito à corrupção. Nesse ponto, é preciso ter clareza de que para Maquiavel a república não diz respeito somente às instituições, mas também à forma como o povo vivencia as ações políticas. Para que se tenha uma república é necessário um povo que esteja habituado a uma vida livre, sendo isto o que garante a conservação do corpo político.

Em outras palavras, para Maquiavel o povo corrompido não pode viver livre e, dessa forma, nosso autor liga o principado à corrupção, enquanto liga a república à questão da liberdade. Assim, a corrupção de uma república é a perda de seu poder, que no caso de Roma, acontece com o início do império de César, que surge porque, segundo Maquiavel, o povo já estava corrompido¹.

Nesse contexto, é possível perceber no segundo capítulo do livro II, ao falar a respeito do amor dos povos da antiguidade pela liberdade mais do que os de sua época, a consideração de que a razão para tal seria a mesma do porquê de em seus dias se terem homens menos robustos. Essa razão se encontra na diferença entre as educações e na diferença entre a religião de seu tempo e a dos antigos.

Pensando, portanto, nas razões de, naqueles tempos antigos, os povos serem mais amantes da liberdade do que nestes, concluo que isso se deve à mesma razão que torna os homens menos fortes agora, qual seja, a diversidade que há entre a nossa educação e a antiga, fundada na diversidade que há entre a nossa

¹ Cf. anotações das aulas ministradas pelo professor doutor Carlo Gabriel Kszan Pancera (UFMG), no primeiro semestre de 2019.

religião e a antiga. Porque a nossa religião, por mostrar a verdade e o verdadeiro caminho, leva-nos a estimar menos as honras mundanas, motivo por que os gentios, que as estimavam muito e viam nelas o sumo bem, eram mais ferozes em suas ações. E isso se pode ver em muitos de seus usos [*costituzioni*], a começar pela magnificência dos sacrifícios pagãos e em relação à humildade dos nossos; pois entre nós há alguma pompa mais delicada que magnífica, mas nenhuma ação feroz ou vigorosa (*Discorsi*, II,2)

Em continuidade, considera que a pompa das cerimônias antigas, nas quais havia sacrifícios bárbaros e sangrentos e os espetáculos cruéis endurecia os homens. As religiões antigas só beatificavam “homens que se cobrissem de glória mundana”, enquanto a religião de seus dias “tem glorificado os homens mais humildes e contemplativos do que os ativos”, sendo o “sumo bem a humildade, a abjeção e o desprezo pelas coisas humanas”. (*Discorsi*, II, 2).

Na outra margem, os pagãos davam máxima importância à grandeza da alma, ao vigor do corpo e a tudo que faziam com que os homens pudessem se tornar robustos e corajosos, de maneira que “se a nossa religião exige que tenhamos força [*fortezza*], é mais para suportar a força de certas ações do que para realizá-las” (*Discorsi*, II, 2).

Segundo Maquiavel, há a impressão de que essa nova moral tornou os homens mais fracos, tendo entregado o mundo à “presa dos homens celerados”. Esses, por sua vez, “podem manejá-lo com segurança, ao verem que o comum dos homens [*l’universalità degli uomini*], para ir ao Paraíso, pensa mais em suportar as suas ofensas que em vingar-se” (*Discorsi*, II, 2).

Diante disso, pondera que:

(...) embora pareça que o mundo se efeminou e o Céu se desarmou, na verdade isso provém mais da covardia dos homens, que interpretaram a nossa religião segundo o ócio, e não segundo a *virtù*. Porque, se eles considerassem que a religião permite a exaltação e a defesa da pátria, veriam que ela quer que a amemos e honremos, preparando-nos para sermos tais que a possamos defender. (*Discorsi*, II, 2)

Essa deturpação na interpretação da fé é que, segundo Maquiavel, faz com que não se veja em seus dias todo o amor à liberdade que havia nos tempos de outrora.

Maquiavel, comentando sobre o emprego da artilharia nos exércitos de seu tempo, faz uma crítica aos exércitos cristãos, alegando que esses deixaram as antigas regras da arte militar e desprezam a antiga disciplina o que acarretou o fato de poderem ser vencidos com grande facilidade. (*Discorsi*, II,

17). A nosso ver, parece que há estreita ligação entre a ausência de fibra advinda de uma interpretação errada da religião e o deplorável sistema de guerra utilizado pelos povos contemporâneos a Maquiavel.

A crítica de Maquiavel nos faz pensar que o cristianismo seria contrário a algum tipo de amor à pátria, uma vez que para tal grupo a pátria verdadeira seria a celestial, não fazendo sentido o engajamento político. De certa forma, acreditamos que tal crítica seja verdadeira ao observarmos o cristianismo popular vigente no período em que Maquiavel escreve.

Para a plebe, instruídos pela Igreja da época, era necessário aceitar a condição na qual se estava, haja vista que Deus tinha certo propósito em todos os acontecimentos debaixo do sol, tendo definido o mundo daquela forma. Dever-se-ia, portanto, aguardar a pátria celestial, considerando todas as coisas aqui como refugio para alcançar a vida eterna, se quisermos utilizar as palavras de Paulo. Para o clero, no entanto, a ideia de que a expansão de seu território coincidia com a expansão do Reino de Deus, traz a ideia de que amar a “pátria eclesial” era até mesmo necessário, de maneira que morrer pela causa da Igreja poderia ser considerado como algo digno.

A qual pátria o cristianismo deveria amar? A partir dos apontamentos de Maquiavel e o contexto cristão da época, parece que seriam duas: a celestial e seu espelho na Terra, a instituída pela Igreja.

3.3. Religião como destruidora de culturas

O capítulo 5 fala a respeito do papel que a religião tem no apagar a memória dos acontecimentos. “Porque, quando surge uma seita nova, ou seja, uma religião nova, seu primeiro empenho é extinguir a antiga, para ganhar reputação” (*Discorsi*, II, 5). Para Maquiavel, isso é mais profícuo ainda se os fundadores da nova religião forem de uma língua diferente. Para justificar tal afirmativa, cita a relação entre cristãos e o paganismo, quando aquele aboliu todas as suas instituições e cerimônias deste, o que apagou também a memória da antiga teologia utilizada pelo paganismo. Segundo o filósofo, a lembrança dos grandes homens não foi destruída pelo cristianismo com igual êxito, o que se deveu, para Maquiavel à manutenção da língua latina. Porém, segundo o filósofo, se o cristianismo tivesse podido escrever numa língua diferente do latim, não haveria memória alguma dos acontecimentos passados. (*Discorsi*, II, 5).

Contudo, Maquiavel é consciente de que esse movimento não foi somente do cristianismo, mas que o que ele fez com o paganismo, este também o fez com as religiões que vieram antes dele. De alguma forma,

podemos dizer que esse movimento é frequente na história das cidades e das dominações.

Como último exemplo dessa relação entre religião e destruição da cultura, Maquiavel cita a Toscana que “era poderosa, cheia de religião e *virtù*, tinha seus costumes e sua língua pátria, e tudo foi extinguido pelo poderio romano. Assim, conforme se disse, dela só ficou a memória do nome” (*Discorsi*, II, 5).

Neste ponto, uma consideração se faz digna de nota. Apesar de Maquiavel ter uma visão bastante crítica da religião como destruidora das culturas, também percebe que essa mesma religião se torna importante para a definição do próprio povo e da forma como se relaciona entre si e o mundo. Nesse sentido, a religião é também um instrumento de fortalecimento e até mesmo de manutenção da cultura de um povo.

Embora Maquiavel não trabalhe explicitamente tal tema em seus *Discorsi*, acreditamos que tal leitura seja possível, estando até mesmo pressuposta na própria argumentação de nosso autor. As culturas têm em si um elemento religioso importante, sendo esse mesmo aquilo que as sustentam. Religião e cultura, dessa forma, não estão separadas entre si, de maneira que uma seja externa a outra, antes, ambas se mostram como reflexo mútuo. Uma religião é fruto de sua cultura assim como a cultura é fruto de determinado ambiente religioso. Essa retroalimentação é importante para se considerar a força que a religião possui, sendo construtora, mantenedora e, segundo Maquiavel, destruidora da cultura de um povo.

3.4. A religião como coisa pequena na formação da Cidade

A última consideração feita por Maquiavel em seus discursos a respeito da relação entre religião e política encontra-se no livro III, no capítulo 33. Nesse capítulo, Maquiavel, falando sobre a necessidade de o exército ter confiança em si mesmo e no seu comandante, retoma o fato de que os romanos utilizavam a religião para inspirar seus exércitos, por meio dos auspícios que estavam na nomeação dos cônsules, convocação das tropas, divisão do exército, bem como para decidir os momentos oportunos da batalha. (cf. *Discorsi*, II, 33)

Assim, os comandantes cumpriam essas formalidades por estarem convencidos de que os soldados seriam derrotados caso não ouvissem que os deuses estavam a seu lado. Menciona também as palavras que Tito Lívio atribuiu a Ápio Cláudio, que se queixava do orgulho e imprudência dos seus tribunos e alegava que devido a eles os auspícios perdiam influência, assim como as demais instituições religiosas:

Que eles zombem agora das religiões. Que interessa se um frango não come, se ele demora para sair da gaiola, se um pássaro grasnou? São coisas pequenas; mas não desprezando essas coisas pequenas os nossos antepassados engrandeceram esta república (*Discorsi*, III, 33).

Por fim, atesta que “nessas coisas pequenas está a força de manter os soldados unidos e confiantes, e essa é a primeira razão de qualquer vitória”. (*Discorsi*, III, 33).

Conclusão

Ao fim de nosso percurso é possível perceber que, em sua obra *Discorsi*, Maquiavel traz diversas visões diferentes a respeito da religião e sua relação com a vida da cidade. Essa religião, por sua vez, tem seu uso prático por parte do governante, ou seja, para o exercício do poder, a manutenção da ordem e a motivação para os empreendimentos da cidade.

Assim, ela usada para encorajar soldados, para eleger cônsules na Roma antiga e para punição daqueles que se levantam contra os costumes já estabelecidos e, nesse sentido, podemos perceber no pensamento maquiaveliano um uso instrumental da religião por parte do príncipe. Em outras palavras, “como um *instrumentum regni*., como um dos primeiros e mais importantes entre os *instrumenta* necessários para reinar” (CUTINELLI-RENDINA, 2006, p. 213).

Por outro lado, essa religião não é somente instrumentalizada, mas ela também possui uma força em si mesma, uma vez que até o príncipe, caso queira continuar no exercício do poder, precisa também se submeter a ela para o bem do povo, não podendo desprezá-la como se fosse algo da qual dispusesse por si só Essa religião é uma “via autêntica e profunda de um povo, fator espontâneo da autoidentificação e de coesão política” (CUTINELLI-RENDINA, 2006, p.213). A religião precede o príncipe e este, uma vez a aderindo, se for sábio, fará uso dela com sabedoria para o bem do povo e a manutenção do poder.

Essa força, por sua vez, também se manifesta quando do surgimento de uma nova religião, como mostramos em nosso trabalho. A nova religião destrói a antiga, fazendo, a partir daí, uma nova leitura do mundo e contando uma nova história a partir das crenças que essa religião traz consigo.

Como bem sintetiza Brown, a relação entre religião e política no pensamento maquiaveliano pode ser percebida de duas formas: como força

política baseada no medo e como expressão de uma cultura do povo ordinário profundamente enraizada (cf. BROWN, 2010, p. 167).

Outro ponto a ser considerado na relação entre religião e política descortinada nos *Discorsi* é a assertiva maquiaveliana da religião enquanto motivadora do desprezo pelas coisas do mundo, o que gera uma população preocupada somente com o céu, sem fibra para lutar em favor da sua liberdade contra os inimigos. Essa visão, tão comum ao longo da Idade Média, em que a escatologia era vista somente como um além a ser esperado ainda se faz presente em diversos movimentos cristãos. Assim, a crítica de Maquiavel é totalmente pertinente para diversos segmentos do cristianismo contemporâneo que ainda não revisitou um novo pensamento escatológico desenvolvido pela teologia do século XX e XXI.

Por último, consideramos interessante o fato de Maquiavel considerar a religião como coisa pequena responsável pela manutenção da união. Sem querer transformar Maquiavel em um teólogo do século XVI, impossível não relacionar esse trecho com a parábola de Jesus em que compara o Reino de Deus como semente de mostarda que, sendo a menor de todas as sementes, ao crescer, torna-se lugar onde os pássaros fazem seus ninhos.

Assim, mesmo considerada como pequena por Maquiavel é a religião em seus diversos ritos que possibilita a confiança por parte daqueles que podem garantir a sobrevivência da cidade, a saber, os soldados. Nesse sentido, Maquiavel reconhece o poder da religião para a vida política e a relação entre esta e aquela se torna imprescindível de ser bem administrada na cidade.

Dessa forma, concordamos com Brown quando ele diz que:

Admirando o bom comportamento e respeitando os sistemas de crenças pessoais, sua filosofia não foi imoral. Mas também não foi religioso, mantendo que a religião era baseada no medo e deveria ser usada no serviço da política e não como sua mestra. (BROWN, 2010, p. 169).

Referências

AMES, J. L. “Religião e política no pensamento de Maquiavel”. In: *Kriterion*, Belo Horizonte, nº 113, Jun-2006, p. 51-72.

BIGNOTTO, N. *Origens do republicanismo moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

BROWN, A. “Philosophy and religion in Machiavelli”. In: NAJEMY, J. M. (ed.). *The Cambridge Companion to Machiavelli*. London: Cambridge University Press, 2010, p. 157-169.

CUTINELLI-RENDINA, E. “Église et religion chez Machiavel”. In: GAILLE-NIKODIMOV, M.; MÉNISSIER, T. (ed). *Lectures de Machiavel*. Paris: Elipses, 2006, p. 193-225.

LUTERO, M. Obras selecionadas V. 4. In: *Debates e Controvérsias*, II. Sinodal. São Leopoldo: 1993.

MAQUIAVEL, N. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. 1ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MOLTMANN, J. *Trindade e Reino de Deus: uma contribuição para a teologia*. 2ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

PETRARCA, F. Opere. In: BIGNOTTO, N. *Origens do republicanismo moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001, p. 223-235.

PINTO, F. M. “O elogio da cidade de Florença (Laudatio Florentinae Urbis), de Leonardo Bruni”. In: *MORUS*. Utopia e Renascimento, v.11, n.2, 2016, p. 1-93.

SALUTATI, C. “Inventiva in Antonium Luschum Vicentium”. In: BIGNOTTO, N. *Origens do republicanismo moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001, p. 239-253.

SKINNER, Q. *As fundações do pensamento político moderno*. 5ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

WACHHOLZ, W. *História e teologia da reforma*. São Leopoldo: Sinodal, 2010.

Email: fveliq@gmail.com

Recebido: 10/2019

Aprovado: 06/2022